

PYROTUR Policy Brief 2

CONSEQUÊNCIAS DOS INCÊNDIOS RURAIS NO TURISMO EM PORTUGAL CONTINENTAL: ESTRATÉGIAS DE MITIGAÇÃO

Eduardo Brito-Henriques (Coord.)

Eduardo Aires

Fiona Bakas

Inês Boavida-Portugal

Mariana Casal-Ribeiro

Ricardo Garcia

António Lopes

Sandra Oliveira

Mónica Pacheco

José Luís Zêzere

FICHA TÉCNICA

EQUIPA DO PROJETO

Eduardo Brito-Henriques (Coord.)

Eduardo Aires

Fiona Bakas

Inês Boavida-Portugal

Mariana Casal-Ribeiro

Ricardo Garcia

António Lopes

Sandra Oliveira

Mónica Pacheco

José Luís Zêzere

STAKEHOLDERS STEERING GROUP



AGÊNCIA PARA A
GESTÃO INTEGRADA
DE FOGOS RURAIS



EDIÇÃO

Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa

ISBN 978-972-636-326-2

DOI: 10.33787/CEG20260003

COMO CITAR

Brito-Henriques, E., Aires, E., Bakas, F., Boavida-Portugal, I., Casal-Ribeiro, M., Garcia, R., Lopes, A., Oliveira, S., Pacheco, M., & Zêzere, J. L. (2026). *Consequências dos incêndios rurais no turismo em Portugal Continental: Estratégias de mitigação* (PYROTUR Policy Brief 2). Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.
<https://doi.org/10.33787/CEG20260003>

Trabalho financiado pela FCT-Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P no âmbito do projeto <https://doi.org/10.54499/2023.13122.PEX>

SUMÁRIO EXECUTIVO

Os incêndios rurais constituem um dos principais riscos climáticos que afetam Portugal e representam uma ameaça crescente para a sustentabilidade dos destinos turísticos. Embora os danos físicos diretos sobre empreendimentos turísticos sejam relativamente raros, as evidências recolhidas pelo Projeto PYROTUR mostram que os incêndios podem provocar perturbações operacionais significativas, interrupções temporárias da atividade e efeitos reputacionais, mesmo em lugares não diretamente atingidos pelo fogo.

Os resultados obtidos sugerem que os impactos dos incêndios no turismo são frequentemente indiretos, espacialmente difusos e temporalmente diferidos, sendo fortemente influenciados pela percepção de risco e pela cobertura mediática dos eventos. Estes resultados evidenciam a necessidade de integrar o risco de incêndio nas políticas de turismo, ordenamento do território, conservação da natureza e adaptação às alterações climáticas.

Com base nas evidências reunidas, este Policy Brief propõe três eixos prioritários de atuação:

- **Criar paisagens menos inflamáveis e destinos mais resilientes**, promovendo a transformação da paisagem e a valorização económica dos recursos endógenos.
- **Reforçar a capacidade de preparação e resposta dos destinos e das empresas**, através da criação de planos de contingência turística, programas de continuidade de negócio e investimentos em infraestruturas resilientes.
- **Proteger e reconstruir a reputação dos destinos afetados**, melhorando a comunicação de crise, promovendo boas práticas na comunicação social e implementando estratégias de recuperação pós-incêndio.

Reforçar a resiliência do turismo aos incêndios rurais exige uma abordagem integrada e multisetorial, capaz de articular políticas de turismo, gestão da paisagem, proteção civil, conservação da natureza e desenvolvimento territorial.

I. Contexto e objetivos

Os incêndios rurais como desafio ambiental, social e económico

Portugal é um dos países europeus mais expostos aos incêndios rurais. Apesar da redução do número de ignições e da área ardida nas últimas décadas, os grandes incêndios representam um risco estrutural crescente. Anos como os de 2017, 2022 e 2025 demonstram que a tendência é haver menos incêndios, mas incêndios de maior intensidade e severidade.

Os impactos destes eventos ultrapassam os danos ambientais e materiais. Para além da destruição de ecossistemas, infraestruturas e recursos paisagísticos, os incêndios podem comprometer a atividade económica, afetando particularmente os territórios do interior e de montanha, onde o turismo constitui uma importante área de empreendedorismo, fonte de emprego e fator de fixação da população.

A vulnerabilidade do turismo é reforçada pela coincidência espacial entre os territórios mais suscetíveis aos incêndios rurais e os principais destinos de turismo de natureza e de montanha, bem como pela sobreposição entre a época de maior risco e o período de maior procura turística.

Acresce que os incêndios rurais afetam a imagem dos destinos, produzindo impactos que podem prolongar-se muito para além da extinção do fogo.

Objetivos do documento e metodologia

O objetivo deste Policy Brief é sintetizar as evidências reunidas no Projeto PYROTUR sobre os impactos dos incêndios rurais no turismo em Portugal Continental e refletir sobre possíveis formas de mitigar esses impactos.

A investigação baseou-se numa metodologia mista e combinou dados quantitativos e qualitativos, integrando três fontes de evidência complementares:

- **Análise estatística.** O marco selecionado foi o incêndio de 2022 na Serra da Estrela, considerado um dos mais graves nesta região (municípios de Belmonte, Celorico da Beira, Covilhã, Gouveia, Guarda e Manteigas). O verão de 2025, em que vários grandes incêndios deflagraram no Norte e Centro do país, também foi objeto de análise estatística, com o intuito de medir o seu impacto.
- **Inquérito aos empreendimentos turísticos,** com a colaboração do Turismo de Portugal, para conhecer os impactos da época de incêndios de 2025. O questionário foi realizado online, com preenchimento anónimo.
- **Entrevistas em profundidade com proprietários e gestores de empreendimentos turísticos do Geopark Estrela,** permitindo compreender os efeitos dos incêndios na gestão dos negócios, na procura turística e na recuperação dos destinos. Foram realizadas 32 entrevistas, cobrindo 48 estabelecimentos de alojamento.

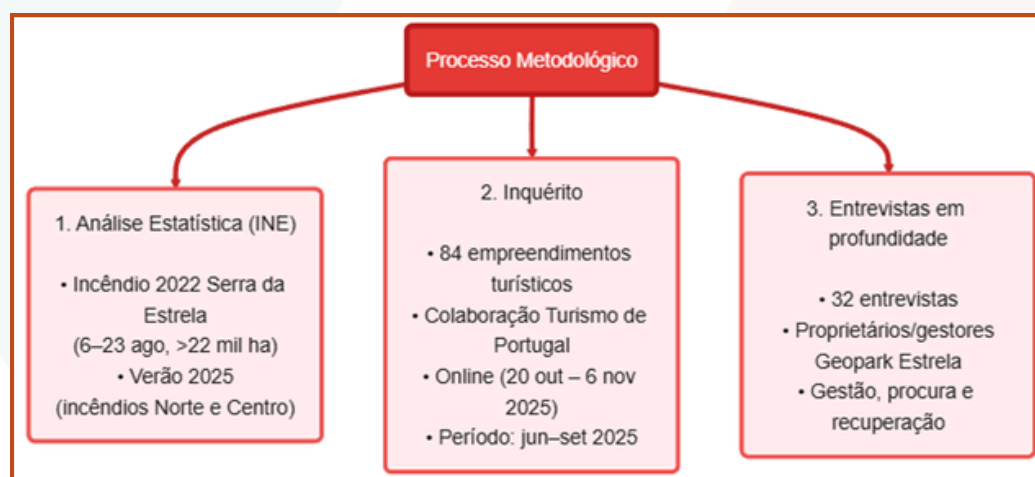


Figura 1. Processo Metodológico.

II. Principais descobertas

Os impactos diretos dos incêndios rurais sobre os empreendimentos turísticos são relativamente reduzidos, mas as consequências operacionais podem ser significativas

As evidências recolhidas pelo Projeto PYROTuR indicam que os incêndios rurais raramente provocam danos físicos diretos nos empreendimentos turísticos. No entanto, os seus efeitos indiretos sobre o funcionamento das empresas podem ser relevantes. O inquérito realizado após a época de incêndios de 2025 mostrou que as perturbações operacionais constituem a consequência mais frequente dos incêndios rurais (Figura 2).

Entre os 84 estabelecimentos respondentes, dos quais 71 localizavam-se em municípios que sofreram incêndios rurais no período em análise, 34 reportaram cortes nas telecomunicações e 19 referiram interrupções no fornecimento de eletricidade.

Foram ainda identificados cortes temporários no abastecimento de água, dificuldades no acesso a bens e serviços essenciais e ausência de trabalhadores devido às situações de emergência. Embora apenas nove empreendimentos tenham suspenso temporariamente a atividade devido à ocorrência ou ameaça de incêndio, as entrevistas realizadas na Serra da Estrela demonstram que, em incêndios de grande magnitude, os encerramentos podem prolongar-se durante vários dias ou mesmo semanas.

Estes resultados mostram que a principal vulnerabilidade do setor não reside na destruição física das infraestruturas, mas sim na capacidade de manter a atividade durante episódios críticos.



Fonte: Imagem gerada por IA (Claude, Anthropic), 17/07/2026.

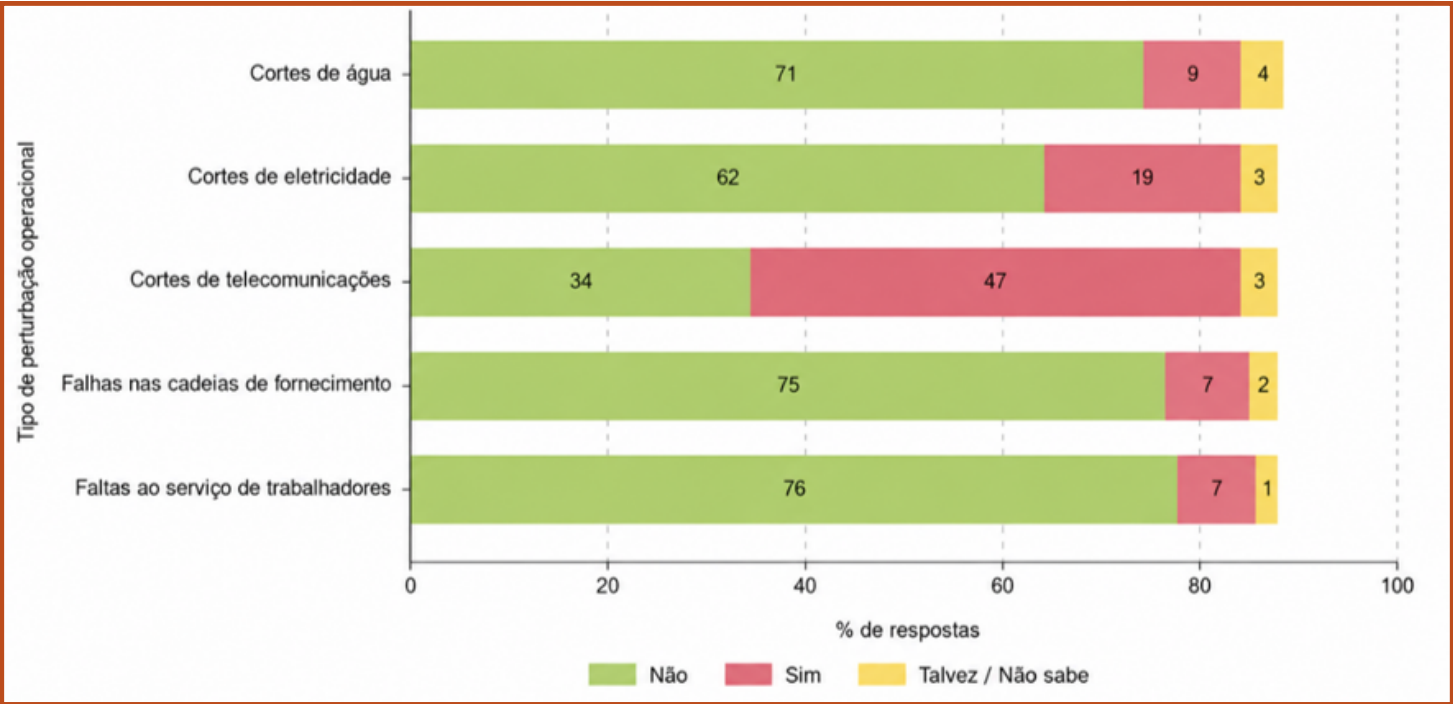


Figura 2. Perturbações operacionais reportadas pelos estabelecimentos turísticos.

Os efeitos dos incêndios na procura turística tendem a ser indiretos e diferidos no tempo

A análise dos indicadores turísticos relativos ao incêndio da Serra da Estrela de 2022 revela que a redução da procura nem sempre é perceptível logo no momento do incêndio, mas sobretudo nas semanas seguintes. Considerando o conjunto do destino, e contra o que seria intuitivo, não se observaram quebras relevantes nas dormidas durante agosto, quando o incêndio esteve ativo (ver Fig. 3).

A diminuição da procura tornou-se evidente em setembro e intensificou-se em outubro e novembro, refletindo-se simultaneamente nas dormidas, no número de hóspedes e no RevPAR. A recuperação iniciou-se em dezembro, coincidindo com a chegada da época de neve e com a diminuição do risco de incêndio. Este comportamento sugere que **os impactos turísticos decorrem menos das limitações operacionais imediatas e mais da alteração das decisões de viagem, influenciadas por danos na imagem percebida do destino e pela percepção de risco.**

Os efeitos ultrapassam frequentemente os territórios diretamente afetados

Os impactos dos incêndios rurais não se confinam aos municípios onde ocorre o fogo. Regiões alargadas podem ser globalmente afetadas, sobretudo se tiver havido vários focos de incêndio e esses eventos tiverem durado vários dias.

Os dados do verão de 2025 corroboram esta conclusão. O conjunto da região Centro teve um desempenho em contracorrente com o resto do país. As dormidas caíram 2,9% em agosto e 2,4% em setembro relativamente ao período homólogo de 2024, enquanto as restantes regiões do país apresentaram crescimento. Isto indica que os efeitos reputacionais dos incêndios podem estender-se a áreas não diretamente afetadas, penalizando destinos onde a atividade decorre normalmente.

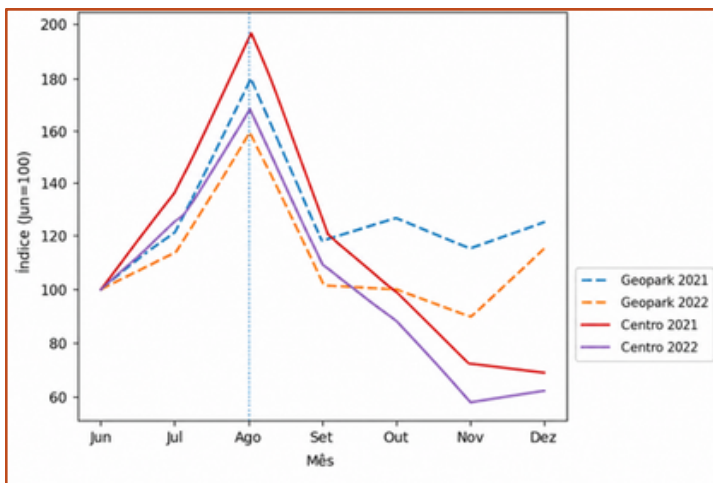


Figura 3. Índice de dormidas normalizadas entre junho e dezembro de 2021 e 2022 nos municípios do Geopark Estrela e da região Centro (excluindo o Geopark). Cálculo próprio a partir de dados do INE.

As entrevistas corroboram esta evidência. **Diversos empresários referiram cancelamentos de reservas motivados pela percepção generalizada de que toda a região se encontrava afetada, apesar de muitos estabelecimentos permanecerem acessíveis e operacionais.**

A percepção de risco e a comunicação pública desempenham um papel determinante

Tanto os resultados quantitativos como qualitativos convergem na identificação da percepção de risco como um dos principais mecanismos através dos quais os incêndios afetam o turismo. Muitos entrevistados atribuíram os cancelamentos de reservas não aos incêndios em si, mas à forma como estes foram comunicados, salientando a ausência de informação territorialmente precisa sobre as áreas efetivamente atingidas e sobre as condições reais de acessibilidade.

Esta evidência sugere que **a gestão da comunicação durante e após os incêndios constitui um elemento central da resiliência dos destinos turísticos.**

Estratégias de comunicação claras, geograficamente diferenciadas e baseadas em informação atualizada poderão contribuir para reduzir cancelamentos desnecessários e acelerar a recuperação da procura.

III. Opções de política

Os incêndios rurais afetam o turismo através de múltiplos mecanismos: destruição de recursos paisagísticos, perturbações operacionais, alterações na procura e danos reputacionais dos destinos. Reduzir estes impactos exige uma abordagem integrada que combine prevenção, preparação, recuperação e adaptação de longo prazo.

1º Eixo: Criar paisagens multifuncionais para construir destinos turísticos mais resilientes

Os incêndios rurais resultam, em grande medida, das características da paisagem e da forma como os territórios são geridos. Destinos turísticos localizados em áreas marcadas pela continuidade dos combustíveis, abandono agrícola e interfaces urbano-rurais vulneráveis apresentam maior exposição ao fogo e maior probabilidade de sofrer impactos económicos e reputacionais. Reforçar a resiliência do turismo implica, por um lado, atuar sobre as causas estruturais do risco no âmbito do processo de ordenamento do território, e, por outro no quadro da gestão territorial, planear os destinos turísticos associados às paisagens multifuncionais, com bioeconomias locais mais diversificadas e uma gestão integrada dos recursos naturais.

Objetivo: Reduzir a vulnerabilidade estrutural dos destinos turísticos através da gestão da paisagem, da valorização económica dos territórios rurais e da diversificação da oferta turística.

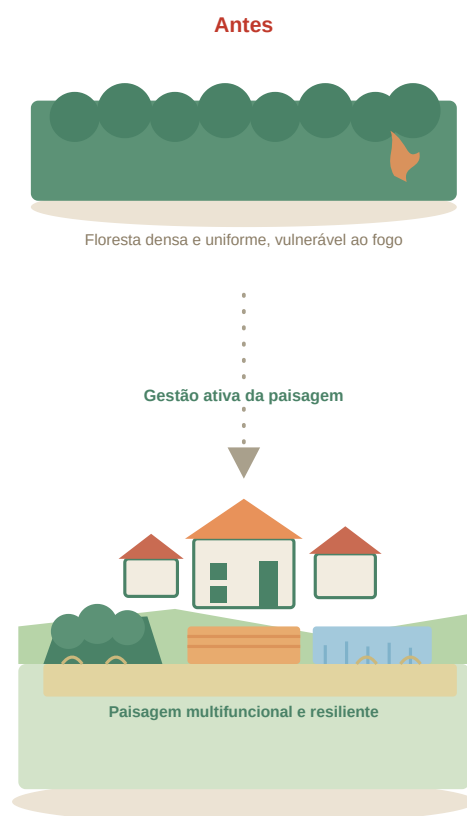
Mensagem-chave: A gestão da paisagem constitui a primeira linha de defesa do turismo face aos incêndios rurais. Paisagens multifuncionais, economias locais diversificadas e uma gestão integrada dos recursos naturais reduzem simultaneamente a perigosidade dos incêndios, reforçam a conservação da natureza e aumentam a competitividade dos destinos turísticos.

Proposta 1.1— Reforçar as medidas de transformação da paisagem

O objetivo consiste em reduzir a vulnerabilidade estrutural dos territórios através de uma gestão integrada da paisagem que ao mesmo tempo valorize economicamente os recursos locais.

Recomendações:

- Reforçar os Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP), articulando-os com estratégias de desenvolvimento turístico, valorização dos produtos locais e revitalização das atividades agro-silvo-pastoris.
- Articular a reconversão da paisagem com a valorização de produtos tradicionais certificados, a promoção de cadeias curtas agroalimentares e a criação de novos produtos turísticos assentes na identidade territorial. Esta integração permitirá transformar a redução do risco de incêndio numa oportunidade de desenvolvimento através da diversificação da economia local.



Fonte: Imagem gerada por IA (Claude, Anthropic), 17/07/2026.

Proposta 1.2 — Articular a gestão do risco de incêndio com a conservação da natureza nas áreas classificadas

Muitas das paisagens turísticas mais emblemáticas de Portugal estão integradas no Sistema Nacional de Áreas Classificadas, onde os objetivos de conservação da biodiversidade podem ser conflitantes com os da valorização turística e redução do risco de incêndio.

A ausência de uma abordagem integrada pode gerar conflitos entre políticas públicas e comprometer, ao mesmo tempo, a proteção dos ecossistemas e a segurança dos territórios.

Recomendações:

- Promover modelos de gestão adaptativa que integrem explicitamente a prevenção dos incêndios nos instrumentos de gestão das áreas classificadas. Esta articulação deve envolver as entidades responsáveis pela conservação, proteção civil, turismo e gestão florestal, assegurando maior coerência entre políticas públicas.

Proposta 1.3 — Diversificar a oferta turística e investir em produtos menos vulneráveis aos incêndios rurais

Os incêndios rurais afetam sobretudo produtos turísticos fortemente dependentes da paisagem natural e das atividades ao ar livre. O objetivo não consiste em substituir o turismo de natureza, mas antes em complementar e alargar a oferta com outros produtos turísticos.

Recomendações:

- Promover a diversificação turística, reforçando produtos menos dependentes da natureza (turismo criativo, gastronómico, etc.). A diversificação deve contribuir para reduzir a sazonalidade, dar a estabilidade económica às empresas e adaptar os destinos às alterações climáticas.

2º Eixo: Reforçar a capacidade de preparação e resposta dos destinos e das empresas.

Reforçar a resiliência do setor exige que destinos e empresas disponham de mecanismos de preparação, resposta e recuperação capazes de minimizar as consequências económicas e garantir a segurança de hóspedes, visitantes e trabalhadores.

Objetivo: Aumentar a capacidade de preparação, resposta e recuperação dos destinos e das empresas turísticas face aos incêndios rurais, reduzindo as perturbações operacionais e permitindo a continuidade da atividade económica.

Mensagem-chave: A preparação dos destinos e das empresas deve ser entendida como um investimento em resiliência. Planos de contingência, mecanismos de continuidade de negócio e infraestruturas mais resilientes reduzem as perturbações operacionais, aceleram a recuperação após um incêndio e aumentam a confiança de visitantes, empresas e investidores.

Proposta 2.1 — Criar Planos de Contingência Turística para Incêndios

A resposta aos incêndios rurais envolve múltiplas entidades e exige coordenação entre proteção civil, municípios, entidades de turismo e operadores turísticos. A inexistência de procedimentos específicos para o setor pode comprometer a capacidade de resposta em situações de emergência.

Recomendações:

- Integrar o turismo como parceiro formal do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais, incluindo-o no Programa Nacional de Ação e nos Programas Regionais de Ação, como base para o desenvolvimento de Planos de Contingência Turística articulados com os instrumentos de planeamento e proteção civil existentes.

- Estes planos deverão ser testados regularmente através de exercícios e simulacros, garantindo o conhecimento dos procedimentos e a coordenação entre as entidades envolvidas.

Proposta 2.2 — Criar programas de continuidade de negócio em destinos turísticos com risco crítico

Grande parte das empresas turísticas localizadas em territórios rurais corresponde a micro e pequenas empresas com capacidade limitada para enfrentar períodos prolongados de interrupção da atividade.

Recomendações:

- Criar programas de continuidade de negócio dirigidos às empresas turísticas localizadas em territórios com maior exposição ao risco de incêndio. Estes programas deverão promover a elaboração de protocolos para retoma rápida da atividade, apoiar a gestão de cancelamentos e criar ou incentivar mecanismos de proteção financeira (como linhas de crédito de emergência, fundos de estabilização para PME turísticas), incluindo seguros adaptados aos riscos climáticos.
- Integrar as empresas turísticas nas estratégias locais de adaptação e gestão do risco, promovendo a sua participação em redes de preparação, resposta e recuperação, reconhecendo o seu papel como atores-âncora da resiliência territorial.

Proposta 2.3 — Incentivar investimentos em infraestruturas resilientes

A interrupção de serviços essenciais e das acessibilidades afeta frequentemente os empreendimentos turísticos durante os incêndios, mesmo sem exposição direta. Investir em infraestruturas resilientes reduz as perturbações operacionais e acelera a recuperação, combinando soluções de engenharia com soluções baseadas na natureza (NbS-Disaster Risk Reduction).

Recomendações:

- Criar incentivos específicos para investimentos que aumentem a resiliência física e operacional dos empreendimentos turísticos, incluindo sistemas autónomos de energia e abastecimento de água, redundância das comunicações, utilização de materiais resistentes ao fogo, criação de espaços defensáveis e melhoria das acessibilidades de emergência. Estes apoios deverão privilegiar os territórios de maior exposição e integrar os instrumentos de financiamento para adaptação às alterações climáticas e de coesão territorial.

3º Eixo de Atuação — Proteger e reconstruir a reputação dos destinos afetados por incêndios rurais

Os impactos dos incêndios no turismo são frequentemente amplificados pela perceção de risco e pela forma como a informação é comunicada. Reforçar a resiliência do turismo inclui melhorar as estratégias de comunicação de crise, aumentar a confiança dos visitantes e apoiar a recuperação da imagem dos territórios afetados.

Objetivo: Reduzir os impactos reputacionais dos incêndios rurais, reforçando a confiança dos visitantes e acelerando a recuperação do turismo através de estratégias eficazes de comunicação e reposicionamento dos destinos.

Mensagem-chave: A reação do turismo diante dos incêndios depende da confiança percebida pelos turistas. Uma comunicação rigorosa e proporcionada nas situações de incêndio, associada a mecanismos de certificação da segurança e estratégias de reposicionamento dos destinos, pode reduzir significativamente os choques reputacionais dos incêndios.

Proposta 3.1 — Promover boas práticas de comunicação de crise e reforçar as competências dos atores que comunicam sobre turismo e incêndios

Durante episódios de incêndio, a informação disponibilizada aos visitantes influencia diretamente as decisões de viagem. Mensagens pouco claras, informação desproporcionada ou sensacionalista e cobertura mediática territorialmente imprecisa podem ampliar a percepção de risco e provocar cancelamentos mesmo em áreas que permanecem acessíveis e seguras.

Recomendações:

- Desenvolver estratégias de comunicação de crise especificamente orientadas para os destinos turísticos, promovendo a articulação entre entidades de turismo, proteção civil, municípios e comunicação social.
- Estas estratégias deverão privilegiar informação geograficamente precisa, atualizada e facilmente compreensível pelos visitantes, contribuindo para reduzir a incerteza, evitar cancelamentos desnecessários e reforçar a confiança nos destinos.

Proposta 3.2 — Criar um selo voluntário "Destino Seguro e Resiliente"

A confiança é determinante na escolha dos destinos turísticos. Mecanismos que evidenciem a preparação de destinos e empresas para situações de emergência contribuem para reduzir a percepção de risco e reforçar a sua atratividade.

Recomendações:

- Consolidar e alargar iniciativas já existentes, como o selo Clean & Safe – Incêndios Rurais, através da criação de um sistema voluntário de certificação que reconheça destinos e empresas turísticas com elevados níveis de preparação para incêndios rurais, assente em critérios transparentes, auditorias periódicas e mecanismos independentes de avaliação.

Proposta 3.3 — Implementar campanhas de recuperação e reposicionamento pós-incêndio

A recuperação da procura turística não ocorre automaticamente após a extinção de um incêndio. Os efeitos reputacionais podem persistir durante semanas a meses, condicionando a competitividade dos destinos e prolongando os impactes económicos sobre as empresas e as comunidades locais.

Recomendações:

- Implementar estratégias de recuperação e reposicionamento dos destinos logo que estejam reunidas as condições de segurança e operacionalidade. Estas estratégias deverão combinar eventos e campanhas de comunicação baseadas em informação objetiva sobre o estado do território, com ações de ativação e promoção dirigidas a mercados prioritários.



Fonte: Imagem gerada por IA (Claude, Anthropic), 17/07/2026.

CONCLUSÃO

Os resultados do Projeto PYROTUR mostram que os incêndios rurais introduzem novas vulnerabilidades nos destinos turísticos, exigindo uma revisão das abordagens tradicionais de planeamento e gestão do turismo. Num contexto de alterações climáticas, a resiliência dos destinos deixará de depender apenas da qualidade dos recursos turísticos ou da competitividade empresarial, passando a depender crescentemente da capacidade dos territórios para antecipar, absorver e recuperar de perturbações ambientais cada vez mais frequentes.

Responder a este desafio exige ultrapassar respostas setoriais e promover formas de governança mais integradas, capazes de articular turismo, ordenamento da paisagem, conservação da natureza, proteção civil e desenvolvimento territorial. Mais do que adaptar o turismo aos incêndios rurais, importa utilizar a adaptação como uma oportunidade para construir territórios mais diversificados, paisagens mais resilientes e modelos de desenvolvimento turístico mais sustentáveis e preparados para os desafios climáticos do futuro.



Mais informações em:

<https://ceg-territur.wixsite.com/pyrotur>

Esta investigação é financiada por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto <https://doi.org/10.54499/2023.13122.PEX>

fct Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

U LISBOA | UNIVERSIDADE
DE LISBOA

IGOT Instituto de Geografia
e Ordenamento do Território
UNIVERSIDADE DE LISBOA

 **CEG**
Centro de Estudos Geográficos

 **TERRA**
Laboratório para a sustentabilidade
do uso da terra e dos serviços de ecossistemas